

ANA LÚCIA MENEZES VIEIRA

Doutora e Mestre em Direito pela Universidade de São Paulo
Procuradora de Justiça do Ministério Público de São Paulo

O SIGILO DA FONTE DE INFORMAÇÃO
JORNALÍSTICA COMO LIMITE
À PROVA NO PROCESSO PENAL



Coordenadores:

Gustavo Badaró
Petronio Calmon

Volume 41



Gazeta Jurídica

Brasília
2015

1ª edição - 2015

© Gazeta Jurídica Editora e Livraria Ltda ME

CIP-Brasil. Catalogação na fonte.

Sindicato Nacional dos Editores de Livros. RJ.

V716s

Vieira, Ana Lúcia Menezes, 1963-

O sigilo da fonte de informação jornalística como limite à prova no processo penal / Ana Lúcia Menezes Vieira ; coordenação Gustavo Badaró, Petronio Calmon. - 1.ed. - Brasília, DF: Gazeta Jurídica, 2015.

310 p. : il. ; 23 cm. (Ada Pellegrini¹Grinover ; v. 3)

Inclui bibliografia e índice

ISBN 9788567426167

1. Direito constitucional - Brasil. 2. Liberdade de informação - Brasil. 3. Liberdade de imprensa - Brasil. I. Badaró, Gustavo. II. Calmon, Petronio. III. Título. IV. Série.

14-17950

CDU:342.537.3(81)

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer forma ou meio, inclusive eletrônico. Sanções previstas nos artigos 102 e 104 da Lei dos Direitos Autorais – Lei 9610, de 19 de fevereiro de 1998 e no artigo 184 do Código Penal – Decreto-Lei 2848, de 7 dezembro de 1940.

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS PELA

GAZETA JURÍDICA EDITORA E LIVRARIA LTDA ME

SCLS 111, Bloco C, Loja 22, Asa Sul

Brasília - DF - CEP: 70374-530

Diretora: ADRIANA BELTRAME

Presidente do Conselho Editorial: PETRONIO CALMON

IMPRESSO NO BRASIL / printed in Brazil



SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	1
1. O SIGILO DA FONTE NO CONTEXTO DA LIBERDADE DE INFORMAÇÃO.....	7
1.1. A dimensão democrática das “liberdades da comunicação”	7
1.2. Informação: liberdade ou direito?	13
1.3. A liberdade de informação jornalística.....	15
1.4. As vertentes da liberdade de informação: direito de informar e ser informado.....	21
1.5. O sigilo da fonte como instrumento da liberdade de informação	24
1.6. Sigilo e segredo: diferenças conceituais.....	28
1.7. Segredo da fonte: um interesse social	30
1.8. Sigilo da fonte como direito humano fundamental	31
1.9. A garantia do sigilo da fonte de informação jornalística na Constituição brasileira.....	36

1.9.1 Evolução constitucional da liberdade de expressão e informação	37
1.9.2 A positivação do sigilo na Constituição de 1988	44
1.9.3 <i>Status</i> jurídico-normativo do sigilo: direito e garantia....	45
1.9.4 Sigilo e sua estrutura normativa de regra.....	50

2. SEGREDO PROFISSIONAL DO JORNALISTA NO DIREITO CONSTITUCIONAL ESTRANGEIRO: FONTES NORMATIVAS E JURISPRUDÊNCIA..... 55

2.1. Espanha	55
2.2. Segue: Portugal	58
2.3. Segue: Suécia	59
2.4. Segue: Alemanha.....	62
2.5. Segue: Itália.....	63
2.6. Segue: França	65
2.7. Segue: Inglaterra	67
2.8. Segue: Estados Unidos da América.....	69
2.9. Segue: Argentina	73
2.10 Consagração jurisprudencial do sigilo da fonte no Tribunal Europeu dos Direitos Humanos.....	75
2.11 O sigilo da fonte no sistema americano de direitos humanos ..	81
2.11.1 Decisões da Corte Interamericana sobre o direito à liberdade de informação.....	84
2.11.2 A interpretação do artigo 13 da Convenção Americana no Tribunal da Costa Rica.....	87

3. O JORNALISMO INVESTIGATIVO, BUSCA DA VERDADE E PROVA PENAL 91

3.1 O jornalismo investigativo	92
3.2 A verdade jornalística.....	98
3.3 Busca da verdade: acesso às fontes de informações	103
3.4 Fontes públicas.....	105

3.4.1	Segredo de Estado como limite – noções gerais	108
3.4.2	Segredo de Estado: excepcionalidade. Casos Ilustrativos relacionados a investigações criminais	115
3.5	O processo penal como fonte de informação jornalística	117
3.6	A investigação criminal e o segredo de justiça como limite de acesso à fonte jornalística.....	118
3.7	A responsabilidade do jornalista pela divulgação de informações sobre segredo de justiça.....	125
3.8	O investigador midiático e o processo penal: procedimento de busca das informações jornalísticas. Fontes ocultas. “Câmeras escondidas”. Interceptações telefônicas	129
3.9	Os meios de busca da verdade midiática e o inquérito policial	138
4.	A PROVA, A BUSCA DA VERDADE NO PROCESSO PENAL E O SEGREDO PROFISSIONAL COMO LIMITE	145
4.1	Garantia e eficiência processuais: a necessária relação com a prova.....	145
4.2	Qual a “verdade” buscada no processo penal?.....	150
4.3	A busca da verdade pela prova.....	155
4.4	Prova e meios de prova: definição.....	157
4.5	Procedimento e proibição de prova: limites à verdade	159
4.6	Segredos profissionais e religiosos como limites à prova: fundamentos	163
4.7	A escusa de depor: perspectiva processual	165
4.8	O dever de comparecer em juízo.....	167
4.9	A relatividade do segredo profissional	169
4.10	As pessoas vinculadas ao dever de sigilo.....	171
4.10.1	Médicos e Advogados.....	172
4.10.2	Ministros de cultos religiosos.....	176

5. A RELAÇÃO DO SIGILO DA FONTE DE INFORMAÇÃO JORNALÍSTICA COM A PROVA PENAL	181
5.1 Jornalistas e demais profissionais: segredos distintos	181
5.2 Quem são os destinatários do sigilo da fonte?	184
5.3 O jornalista como testemunha no processo penal	186
5.4 O segredo do jornalista é segredo profissional para fins do artigo 207 do CPP?.....	187
5.5 Um método de aquisição do testemunho.....	190
5.6 A <i>necessidade</i> do sigilo para o exercício profissional.....	193
5.7 O consentimento da fonte de informação.....	195
5.8 Limite ao dever de testemunhar. O princípio do <i>nemo tenetur</i>	196
5.9 Jornalista: testemunha de “ouvir dizer”	197
5.10 A busca e apreensão do material de trabalho e a interceptação telefônica do jornalista.....	201
6. SIGILO DA FONTE: UM LIMITE PROBATÓRIO (IN) SUPERÁVEL?	207
6.1 A regulamentação do segredo jornalístico no Código de Processo Penal Italiano.....	208
6.2 O incidente de quebra de escusa de depoimento jornalístico no Código de Processo Penal Português	211
6.3 O testemunho do jornalista nos processos de crimes contra a humanidade	215
6.3.1 As fontes das notícias sobre a guerra	218
6.3.2 Por uma regulamentação internacional do segredo da fonte	219
6.4 A questão do sigilo da fonte na <i>internet</i>	222
6.5 O sigilo da fonte como <i>regra</i> de direito fundamental: consequências da opção do constituinte brasileiro.....	225
6.5.1 Revelar ou não a fonte: um dever ético?.....	226

6.5.2 A impossibilidade de aplicação do princípio da proporcionalidade.....	227
6.5.3 A jurisprudência brasileira	231
6.5.4 Responsabilização penal e civil do jornalista pelos abusos na informação	234
CONCLUSÃO.....	237
REFERÊNCIAS.....	243